UNIFENAS
Universidade José do Rosário Vellano
Reconhecida pela Portaria do MEC n.º 605 de 13/12/88
Publicada no D.O.U. em 15/12/88

Este documento só tem validade para divulgação, não tem valor legal.

CURSO: DIREITO		CAMPUS: CAMPO BELO	
SEMESTRE: 2	ANO: 2022	C/H: 33	AULAS: 40

DISCIPLINA: **DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO**

PLANO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM:
- Identificar a interdisciplinariedade da disciplina junto às relações sociais privadas nacionais e estrangeiras;
- Discutir as normas e princípios do Direito Internacional Privado;
- Definir os elementos de conexão em casos de conflitos de jurisdição;
- Aplicar o conceito da disciplina na resolução de casos concretos, por meio da pesquisa e utilização da legislação, jurisprudência, doutrina e demais fontes do Direito;
- Analisar a nova lei de Migração (Lei 13.445/2017) que revogou o Estatuto do estrangeiro.

EMENTA: O Direito Internacional Privado (DIPri) compreende as regras de resolução de conflito entre as leis de diferentes países para o julgamento de casos concretos, permitindo a reciprocidade internacional em harmonia com a soberania dos Estados. Dentre outros, serão estudados os conceitos de: conflito de leis; elementos de conexão; análise de jurisdição competente; análise de lei aplicável; ordem pública; lei global; cláusulas contratuais de eleição de lei aplicável ou jurisdição competente; litispendência internacional; carta rogatória; homologação de sentença estrangeira; execução de sentença estrangeira; imunidade de jurisdição dos Estados; imunidade de execução dos Estados; estratégias de litígio internacional. Lei de Introdução ao Código Civil: artigos 7º ao 19. Nova lei de migração (Lei nº 13.445/2017).

METODOLOGIA:								
	Exposição Dialogada:	SIM	X	NÃO	Estudo de caso:	SIM	X	NÃO
	Trabalho de grupo:	SIM	X	NÃO	Seminário:	SIM	X	NÃO
	Debate:	SIM	X	NÃO	Painel:	SIM		NÃO X
	TBL:	SIM		NÃO X	Fórum/Chat:	SIM	X	NÃO
	PBL:	SIM		NÃO X	PBLe:	SIM		NÃO X
	Aula invertida:	SIM	X	NÃO	Tempestade Cerebral (Brainstorming))	SIM		NÃO X
	Mapa Conceitual:	SIM		NÃO X	Dramatização/ Role Play	SIM		NÃO X

RECURSOS AUXILIARES:								
	Computador:	SIM	X	NÃO	AVA*:	SIM	X	NÃO
	Vídeos:	SIM	X	NÃO	Atividades clínicas:	SIM		NÃO X
	Projetor Multimídia :	SIM	X	NÃO	Lousa:	SIM	X	NÃO
	Álbuns Seriados:	SIM		NÃO X	Internet:	SIM	X	NÃO
	Slides:	SIM		NÃO X	Laboratório:	SIM		NÃO X
	Manequins:	SIM		NÃO X	Vídeo conferência:	SIM		NÃO X
	Lousa Eletrônica:	SIM		NÃO X	Prancheta Digitalizadora:	SIM		NÃO X

*Ambiente Virtual de Aprendizagem

AVALIAÇÃO:								
	Discursiva:	SIM	X	NÃO	Prática:	SIM	X	NÃO
	Múltipla escolha:	SIM	X	NÃO	Trabalhos de pesquisa:	SIM	X	NÃO
	Oral:	SIM	X	NÃO				

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Diniz, Maria Helena. ***Lei de introdução ao código ci.*** 14. ed. São Paulo - SP - Brasil: Saraiva, 2009.
Dolinger, Jacob. ***Direito internacional privado.*** 14. ed. Rio de Janeiro - RJ - Brasil: Forense, 2018. Ebook. (1 recurso online). ISBN 9788530980740 Disponível em: . Acesso em: 05 de Agosto de 2020.
Mazzuoli, Valério de Oliveira. ***Curso de direito internacional.*** 4. ed. Rio de Janeiro - RJ - Brasil: Forense, 2019. Ebook. (1 recurso online). ISBN 9788530985448 Disponível em: . Acesso em: 05 de Agosto de 2020.
Del""Olmo, Florisbal de Souza. ***Curso de direito internacional.*** 12. ed. Rio de Janeiro - RJ - Brasil: Forense, 2016. Ebook. (1 recurso online). ISBN 9788530973896 Disponível em: . Acesso em: 05 de Agosto de 2020.
Motta, Andrea Limani Boisson. ***Curso introdutório de direito.*** Barueri - SP - Brasil: Manole, 2010. Ebook. (1 recurso online). ISBN 9788520446454 Disponível em: . Acesso em: 05 de Agosto de 2020.
Nucci, Guilherme de Souza. ***Instituições de direito públic.*** Rio de Janeiro - RJ - Brasil: Forense, 2019. Ebook. (1 recurso online). ISBN 9788530984960 Disponível em: . Acesso em: 05 de Agosto de 2020.
REVISTA DE DIREITO INTERNACIONAL. Brasília - DF: UNICEUB, 2011-. ISSN 2237-1036.*versão online.* Disponível em: https://www.publicacoes.uniceub.br/rdi/index. Acesso em: 4 ago. 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Araújo, Nádia de. ***Direito internacional privado - teoria e prática brasileira.*** 5. ed. : Renovar, 2011.
Cretella Neto, Jose. ***Teoria geral das organizações.*** 3. ed. São Paulo - SP - Brasil: Saraiva, 2012. Ebook. (1 recurso online).

ISBN 9788502201293 Disponível em: . Acesso em: 05 de Agosto de 2020.
Mazzuoli, Valério de Oliveira. ***Coletânea de direito internaci.*** 11. ed. São Paulo - SP - Brasil: Revista dos Tribunais, 2013.
Rezek, José Francisco. ***O direito internacional no séc - textos fundamentais.*** São Paulo - SP - Brasil: Saraiva, 2002.
Teixeira, Carla Noura. ***Direito internacional público.*** 4. ed. São Paulo - SP - Brasil: Saraiva, 2013.
Jubilut, Liliana Lyra. ***Direito internacional privado.*** São Paulo - SP - Brasil: Saraiva, 2012. Ebook. (1 recurso online). ISBN 9788502169142 Disponível em: . Acesso em: 05 de Agosto de 2020.
Cárnio, Thaís Cíntia. ***Contratos internacionais - teoria e prática.*** São Paulo - SP - Brasil: Atlas, 2009. Ebook. (1 recurso online). ISBN 9788522474103 Disponível em: . Acesso em: 05 de Agosto de 2020.
Tavora, Fabiano. ***Direito internacional - público, privado e comercial.*** 5. ed. São Paulo - SP - Brasil: Saraiva, 2018. Ebook. (1 recurso online). ISBN 9788553601387 Disponível em: . Acesso em: 05 de Agosto de 2020.
Rechsteiner, Beat Walter. ***Direito internacional privado - teoria e prática.*** 20. ed. São Paulo - SP - Brasil: Saraiva, 2018. Ebook. (1 recurso online). ISBN 9788553608225 Disponível em: . Acesso em: 05 de Agosto de 2020.
REVISTA DE DIREITO INTERNACIONAL. Brasília - DF: UNICEUB, 2011-. ISSN 2237-1036.*versão online.* Disponível em: https://www.publicacoes.uniceub.br/rdi/index. Acesso em: 4 ago. 2020.

SEMESTRE: 2	ANO: 2022	C/H: 33	AULAS: 40
CURSO: DIREITO		CAMPUS: CAMPO BELO	
DISCIPLINA: **DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO**			

PLANO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

CONTEÚDOS

1 Apresentação do Direito Internacional Privado:
1.1 Noção, objeto, definição, denominação e fontes.
1.2 A história e as doutrinas do Direito Internacional Privado;
1.3 A Constituição da República e as normas de Direito Internacional Privado;
1.4 Direito Internacional Privado e o Direito Internacional Público;
1.5 Elementos de conexão: pessoais, reais e voluntários;
1.6 Normas de aplicação do Direito Estrangeiro
2. A sentença estrangeira
2.1 Considerações introdutórias;
2.2 Fundamentos
2.3 Documentos estrangeiros: cartas rogatórias
2.4 Sentenças estrangeiras homologáveis;
2.5 Rito de homologação na justiça brasileira (Pressupostos e Órgãos homologadores)
3. Nacionalidade
3.1 Nacionalidade originária;
3.2 Naturalização
3.3 Conflitos de nacionalidade;
3.4 Perda da nacionalidade;
3.5 Nacionalidade no ordenamento jurídico brasileiro
4. Condição Jurídica do Estrangeiro (Revogado pela Nova Lei de Migração nº 13.445/2017);
4.1 Aplicação;
4.2 Admissão;
4.3 Entrada e impedimento;
4.4 Da condição de asilado;
4.5 Do registro e suas alterações;
4.6 Da saída e do retorno;
4.7 Do documento de viagem para o estrangeiro;
4.8 Da deportação;
4.9 Da expulsão;
4.10 Da extradição;
4.11 Dos direitos e deveres do estrangeiro;
4.12 Da naturalização;
4.13 Das infrações, penalidades e seus procedimentos.
5. Direito de Família e o Direito Internacional Privado
5.1. Lex loci celebrations e casamento;
5.2 Casamento de estrangeiro perante autoridade diplomática ou consular;
5.3 Invalidade de casamento de pessoas com domicílio comum ou com domicílios diferentes;
5.4 Casamento de funcionário diplomático ou consular;
5.6 Lei disciplinadora das relações patrimoniais entre os cônjuges;
5.7 Regime matrimonial de bens de brasileiro naturalizado;
5.8 Divórcio realizado no estrangeiro e seu reconhecimento no Brasil, domicílio internacional legal dos incapazes e exceção à unidade do domicílio conjugal;
5.9 Adômide e concurso sucessivo de elementos de conexão.
6. Direito das Sucessões e o Direito Internacional Privado
6.1 Teoria da unidade sucessória.
6.2 Lei do domílcilio do de cujus na sucessão causa mortis;
6.3 Comoriência, morte presumida e sucessão;
6.4 Lei disciplinatória da capacidade para suceder do herdeiro e do legatário;
6.5 Execução de testamento feito no exterior;
6.6 Variação da ordem de vocação hereditária em benefício de cônjuge ou filhos brasileiros.
7. Direito das Coisas e o Direito Internacional Privado
7.1 Qualificação de bens e doutrina da territorialidade e da extraterritorialidade.
7.2 Conflito interespacial alusivo aos direitos reais;
7.3 Extraterritorialidade e regime de bens móveis sem localização permanente.

Este documento só tem validade para divulgação, não tem valor legal.